Ventos do Sul Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de Junho de 2021 e Relatório
sobre a Revisão de
Informações Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 222 –
2º andar - Boa Vista -
90480-000 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800
Fax: + 55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 29 de julho de 2021

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC RS 057770/0-2

2021PA007990_Parecer Ajustado - Ventos do Sul 2°ITR.docx

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.594	22.240
Contas a receber de clientes	6	29.484	18.387
Despesas antecipadas		18	744
Impostos a recuperar	7	2.771	1.004
Créditos diversos		221	106
		48.088	**42.481**
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	8	27.664	26.194
Impostos a recuperar	7	5.234	5.191
Outros Créditos		81	55
IRPJ e CSLL diferidos	9	858	709
Arrendamentos	14	3.157	2.722
Investimentos		57	57
Imobilizado	10	280.459	289.650
		317.510	**324.578**
		365.598	**367.059**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020
(Em milhares de reais)

Passivo	**Nota**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Circulante			
Fornecedores		997	1.134
Contas a pagar - Eletrobras	11	41.707	18.507
Debêntures	12	50.797	51.303
Impostos a recolher		1.864	1.677
Provisão IRPJ e CSLL	9	6.405	2.856
Partes relacionadas	21	1.352	4.678
Dividendos a pagar	21	22.000	32.891
Outras obrigações		329	500
Provisões		650	650
Arrendamentos	14	195	34
		126.296	**114.230**
Não Circulante			
Debêntures	12	186.780	206.060
Arrendamentos	14	3.274	2.949
Provisão para Desmobilização	10.3	9.878	9.773
		199.932	**218.782**
Total do Passivo		**326.228**	**333.012**
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	964	964
Reservas de lucro		38.406	33.083
Total do patrimônio líquido		**39.370**	**34.047**
		365.598	**367.059**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstrações de Resultados

Para os Períodos de Três e Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita Operacional Líquida	16	47.075	78.838	44.158	85.097
Custo da Operação	18	(17.611)	(32.911)	(15.952)	(31.070)
LUCRO BRUTO		**29.464**	**45.927**	**28.206**	**54.027**
Despesas / Receitas Operacionais					
Gerais e administrativas	18	(1.786)	(3.243)	(1.828)	(2.992)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	1.290	2.431	1.139	1.956
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**28.968**	**45.115**	**27.517**	**52.991**
Receitas financeiras	19	315	440	235	347
Despesas financeiras	19	(4.374)	(8.556)	(2.292)	(7.275)
Variação cambial, líquida	19	1	1	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**24.910**	**37.000**	**25.460**	**46.063**
Imposto de Renda e Contribuição Social	9				
Corrente		(8.536)	(12.717)	(8.744)	(15.787)
Diferido		73	149	94	138
Lucro Líquido do Período		**16.447**	**24.432**	**16.810**	**30.414**
Lucro por ação					
Lucro Líquido Básico por ação	20	**0,12**	**0,17**	**0,12**	**0,22**
Lucro Líquido Diluído por ação	20	**0,12**	**0,17**	**0,12**	**0,22**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Para os Períodos de Três e Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais - R$)

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Lucro Líquido do Período	16.447	24.432	16.810	30.414
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	**16.447**	**24.432**	**16.810**	**30.414**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e 31 De Dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**964**	**193**	**4.726**	**-**	**5.882**
Lucro líquido do período		-	-	-	30.414	30.414
Distribuição de Dividendos		-	-	(4.726)	-	(4.726)
Saldo em 30 de junho de 2020		**964**	**193**	**-**	**30.414**	**31.571**
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**964**	**193**	**32.890**	**-**	**34.047**
Lucro líquido do período	15	-	-	-	24.432	24.432
Distribuição de Dividendos	15.c.1	-	-	(19.109)	-	(19.109)
Saldo em 30 de junho de 2021		**964**	**193**	**13.781**	**24.432**	**39.370**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e 30 de Junho de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do período		**24.432**	**30.414**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	12.568	15.649
Crédito de Pis e Cofins		(851)	(3.493)
Juros sobre a dívida	19	8.101	6.885
Despesas (Receitas) Financeiras	19	455	390
Depreciação e amortização	10	10.038	10.235
		54.743	**60.080**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(11.097)	912
Créditos diversos		(141)	148
Impostos a recuperar	7	(1.810)	162
Despesas antecipadas		726	467
Fornecedores		(173)	(117)
Contas a pagar - Eletrobras	11	23.200	(15.337)
Impostos a recolher		187	(9.374)
Partes Relacionadas	21	(3.326)	(1.424)
Outras obrigações		(171)	(172)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**62.138**	**35.345**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	9	(9.168)	(1.901)
Pagamento de juros	12	(4.090)	(6.029)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**48.880**	**27.415**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(55)	(4)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		**(55)**	**(4)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Arrendamento		(204)	(180)
Pagamento de debentures	12	(23.797)	(21.877)
Pagamento de dividendos	21	(30.000)	(4.726)
Aplicaçoes financeiras vinculadas		(1.470)	(22.335)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(55.471)**	**(49.118)**
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(6.646)**	**(21.707)**
Demonstração do Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	22.240	33.944
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	15.594	12.237

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias

Demonstrações do Valor Adicionado

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Receitas	**89.476**	**95.822**
Vendas de energia	87.045	93.866
Outras receitas	2.431	1.956
Insumos Adquiridos de Terceiros	**25.262**	**22.895**
Custos da Operação	22.172	20.048
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.090	2.847
Valor Adicionado Bruto	**64.214**	**72.927**
Depreciação e Amortização	10.038	10.235
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	**54.176**	**62.692**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**440**	**347**
Receitas financeiras	440	347
Valor Adicionado Total a Distribuir	**54.616**	**63.039**
Distribuição do Valor Adicionado	**54.616**	**63.039**
Impostos, taxas e contribuições	**20.783**	**24.425**
Federais	20.775	24.418
Municipais	8	7
Remuneração de capitais de terceiros	**9.401**	**8.200**
Juros	8.555	7.275
Aluguéis	846	925
Remuneraçao de capitais proprios	**24.432**	**30.414**
Lucro retido	24.432	30.414
	54.616	**63.039**

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediarias

Notas Explicativas às Informações Financeiras Intermediárias Para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho 2021

(Em milhares de reais – R$)

1 Informações gerais

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações. A Rio Grande Energias Renováveis Ltda detém 100% do capital social da Rio Sul 1 Energia Ltda. A Enerfín Enervento Exterior S.L.U detém 100% do capital social da Rio Grande Energias Renováveis Ltda e possui a Enerfín Sociedad de Energia S.L.U como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	**100%**

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n.º 2879/2020 é valido até 14/05/2025 o documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244.

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 14 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2021), a geração média anual equivale a 385 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações financeiras intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 78.208 em 30 de junho de 2021 (R$ 71.749 em 2020).
Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures, conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas informações financeiras

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.
Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas continua sendo significativo.
Desta forma, a Companhia continua operando com todos os seus parques eólicos, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

Abaixo elencamos algumas informações especificas que evidenciam a capacidade da Companhia de manter sua atividade operacional:

- A receita liquida da companhia no 2º trimestre de 2021 é R$ 78.838 e está atrelada ao recurso eólico e não tivemos impacto sobre a geração de energia com a pandemia.
- Não houve demissões nem reduções salarias na Companhia;
- Não ocorreu inadimplência de clientes;

Um dos valores da Companhia é a segurança, dessa forma, estão sendo adotadas todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia são:

- Trabalho Home Office para todas as atividades administrativas;
- Cancelamento de toda as viagens não essenciais;

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "impairment" de ativos, descontinuidade, os ativos da companhia seguem em operação e desempenho conforme o esperado, apresentando uma taxa de disponibilidade de 99,01%, que índica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período. Este indicador comprova que os ativos estão em pleno funcionamento e aproveitamento, com esta informação pode-se destacar que as informações financeiras intermediárias encerradas em 30 de junho de 2021 não requerem nenhum ajuste.

2 Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As informações Intermediarias - ITR estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 – Informações Intermediarias. Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2020, que não sofreram modificações nos primeiros seis meses de 2021, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2020.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 29 de julho de 2021.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico e em reais que é considerada a moeda funcional da Companhia. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que foram utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.3 Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período findo em 30 de junho de 2021, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.4. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao período findo em 30 de junho de 2021 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia, sem impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias da Companhia:

(I) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 14 - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) e alterações anuais IASB-Ciclo de melhorias 2017 – 2019.

(II) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 15 - Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

(III) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 16 - Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos .

A partir de 01.01.2021, estarão vigentes as seguintes alterações de pronunciamentos, as quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

(I) Revisão de Pronunciamentos Técnicos n° 17 - Pronunciamentos Técnicos CPC
(II) CPC 11 – Contratos de Seguros.
(III) CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.
(IV) CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas informações financeiras intermediárias.

4 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

4.1.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como foi estimada a taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº. 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo de caixa e bancos	5.765	167
Aplicações financeiras	9.829	22.073
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	**15.594**	**22.240**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Aplicação Financeira

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/2021	31/12/2020
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	CDI	30	30
Banco Itaú	ITAU APLIC AUT MAIS	Indefinido	CDI	9.799	22.043
				9.829	**22.073**
	Rentabilidade	**BB RF LP Corp**		0,26% a.m	2,23% a.a
		ITAU APLIC AUT MAIS		0,23% a.m	2,24% a.a

6 Contas a receber de clientes

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás, deduzido o ajuste financeiro relativo às perdas de energia no sistema, estimado mensalmente pela área técnica da Companhia, que resultou em 3,00% na média anual.

	30/06/2021	31/12/2020
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	29.484	18.387

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 30 de junho de 2021.

7 Impostos a recuperar

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos, como segue:

	30/06/2021	31/12/2020
IR a compensar	2.679	1.435
CSLL a compensar	1.104	113
PIS a compensar	767	823
COFINS a compensar	3.455	3.710
Outros Impostos a compensar	-	114
	8.005	**6.195**
Circulante	2.771	1.004
Não Circulante	5.234	5.191
	8.005	**6.195**

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar. A classificação entre circulante e não circulante está baseada na expectativa da Companhia em gerar tributos a pagar.

Os créditos de longo prazo estão assim compostos:

	30/06/2021	31/12/2020
Créditos a Restituir - IRPJ e CSLL (a)	1.152	1.146
Créditos de PIS e COFINS (b)	4.082	4.045
	5.234	**5.191**

a) Créditos referentes a pedido de restituição protocolados junto à RFB.
b) Créditos de Pis e Cofins sobre bens imobilizados.

8 Aplicações financeiras vinculadas

Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, foi constituída em garantia, Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo “ITAU TOP DI FIC R” mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

	30/06/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras vinculadas	27.664	26.194

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/2021	31/12/2020
Banco ITAU BBA	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	CDI	27.664	26.194
		Remuneração		0,23%a.m	2,24 a.a%

9 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	**01/04/2021 a 30/06/2021**	**01/01/2021 a 30/06/2021**	**01/04/2020 a 30/06/2020**	**01/01/2020 a 30/06/2020**
Resultado antes dos tributos	24.910	37.000	25.460	46.063
Alíquota combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(8.469)	(12.580)	(8.656)	(15.661)
Outras diferenças permanentes líquidas	6	12	6	12
Imposto de renda e contribuição social	**(8.463)**	**(12.568)**	**(8.650)**	**(15.649)**
Corrente	(8.536)	(12.717)	(8.744)	(15.787)
Diferido	73	149	94	138
Total	**(8.463)**	**(12.568)**	**(8.650)**	**(15.649)**
Alíquota efetiva	**(33,97%)**	**(33,97%)**	**(33,97%)**	**(33,97%)**

b) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	30/06/2021			**31/12/2020**		
Ativo Diferido	**IR**	**CS**	**Total**	**IR**	**CS**	**Total**
Diferenças Temporarias	631	227	**858**	521	188	**709**
Ativo Não Circulante	**631**	**227**	**858**	**521**	**188**	**709**

Realização do ativo diferido

2022	858
Total	**858**

10 Imobilizado

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	831	(744)	87	92
Maquinas e equipamentos	10%	1.478	(885)	593	623
Móveis e utensílios	10%	821	(735)	86	101
Instalações	10%	300	(164)	136	149
Veículos	20%	129	(103)	26	39
Operação do sistema:					
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.874	(43.604)	41.270	42.598
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(369.842)	229.763	237.276
Desmobilização		9.331	(833)	8.498	8.772
		697.369	**(416.910)**	**280.459**	**289.650**

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2019	**46.416**	**259.769**	**306.185**
Adições	82	-	82
Desmobilização	-	1.750	1.750
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	1.437	1.437
Amortização Desmobilização	-	(439)	(439)
Depreciação do exercício	(2.895)	(16.470)	(19.365)
Saldo em 31/12/2020	**43.603**	**246.047**	**289.650**
Adições	55	-	55
Outros (crédito PIS/COFINS)	-	719	719
Amortização Desmobilização	-	(274)	(274)
Depreciação do período	(1.460)	(8.231)	(9.691)
Saldo em 30/06/2021	**42.198**	**238.261**	**280.459**

10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$ 238.261 (R$ 246.047 em 2020) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 30 de junho de 2021.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 99,01% em junho de 2021,99,06% em 2020 e 98,7% em 2019, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Em 30 de junho 2021, o saldo passivo da provisão para desmobilização de ativos totaliza R$ 9.878 (R$ 9.773 em 2020).

11 Contas a pagar - Eletrobrás

	30/06/2021	31/12/2020
Contas a pagar - Eletrobras	41.707	18.507

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12 Debêntures

A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R$ 325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em junho de 2021 foi efetivada a quarta amortização de debentures.

Abaixo é demostrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	R$227.000	(777)	163.798	335	163.356
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	R$98.000	(1.514)	74.096	1.639	74.221
			R$325.000	**(2.291)**	**237.894**	**1.974**	**237.577**

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante	50.797	51.303
Não Circulante	186.780	206.060
Total Debêntures	**237.577**	**257.363**

12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2022	42.557
2023	45.374
2024	47.807
2025	51.041
Total Passivo não Circulante	**186.779**

12.2. Mutação das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures	
Saldo inicial - 31/12/2019	296.977
Juros Incorridos	6.580
Amortização de debêntures	(21.877)
Amortização de juros	(6.029)
Custo de Captação a apropriar	305
Saldo final - 30/06/2020	**275.956**
Saldo inicial - 31/12/2020	257.363
Juros Incorridos	7.831
Amortização de debêntures	(23.797)
Amortização de juros	(4.090)
Custo de Captação a apropriar	270
Saldo final - 30/06/2021	**237.577**

12.3. Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;
ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);
iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/20 a Companhia cumpriu as cláusulas de *covenants* pré-estabelecidas. Tendo em vista que a exigibilidade de comprimento é anual, para o exercício social de 2021 a companhia vem acompanhando os índices financeiros.

13 Instrumentos financeiros

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 15).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	30/06/2021	31/12/2020
Dívida (a)	237.577	257.363
Caixa, Equivalentes (b)	43.258	48.434
Dívida líquida	**194.319**	**208.929**
Patrimônio líquido (c)	39.370	34.047
Índice de endividamento líquido	**4,94**	**6,14**

(a) A dívida é definida com debêntures de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

(b) O caixa e saldos de bancos é composto de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	**Nível**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	15.594	22.240
Aplicações financeiras vinculadas	2	27.664	26.194
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber Geração de Energia	-	29.484	18.387
Total dos ativos financeiros		**72.742**	**66.821**
Passivos Financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	-	997	1.134
Contas a pagar - Eletrobras	-	41.707	18.507
Partes Relacionadas e dividendos	-	23.352	37.569
Debentures	-	237.577	257.363
Outras obrigações	-	329	500
Total dos passivos financeiros		**303.962**	**315.073**

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 30 de junho de 2021, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 30 de junho de 2021 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 30/06/2021
Passivos					
Fornecedores	997	-	-	-	**997**
Contas a pagar - Eletrobras	20.854	20.854	-	-	**41.707**
Partes Relacionadas e dividendos	23.352	-	-	-	**23.352**
Outras obrigações	329	-	-	-	**329**
Debentures	29.500	30.211	124.776	96.565	**281.052**
	75.032	**51.065**	**124.776**	**96.565**	**347.437**

13.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e DI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

13.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução de 100 pontos base no CDI e 220 pontos base no IPCA é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das prováveis mudanças nas taxas de juros. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do período findo em 30 de junho de 2021:

Risco	Instrumentos	Variação de 50%
	Ativo Financeiro	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	27.664
	Taxa anual estimada do CDI para 2021	3,17%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	
	Perda	(876)
		(876)
	Passivo Financeiro	
Alta do CDI	Debêntures Série 1	163.356
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	10,25%
		(5.170)
	Passivo Financeiro	
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	74.221
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	12,93%
		(2.394)

13.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.10. Risco regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, "arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação".

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

	30.06.2021				2020
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos					
Contrato de Locação	Até 2040	735	(83)	652	512
Contrato de Locação	Até 2041	863	(70)	793	476
Contrato de Locação	Até 2042	1.085	(93)	992	599
Contrato de Locação	Até 2045	789	(69)	720	543
		3.472	**(315)**	**3.157**	**2.130**

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2020	2.722
Adição	508
Depreciação	(73)
Saldo em 30/06/2021	**3.157**

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2019	93	2.231	2.324
Adição	-	743	743
Juros	-	142	142
Transferências	155	(155)	-
Amortizações	(180)	-	(180)
Saldo em 30/06/2020	**68**	**2.961**	**3.029**
Saldo em 31/12/2020	34	2.949	2.983
Adição	-	508	508
Juros	-	182	182
Transferências	365	(365)	-
Amortizações	(204)	-	(204)
Saldo em 30/06/2021	**195**	**3.274**	**3.469**

c) Pis e Cofins a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de junho 2021.

Passivo leasing saldo final	**2021**
Conforme apresentado IFRS 16	3.469
Com efeito da inflação	3.693
	6,45%
Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	3.157
Com efeito da inflação	3.361
	6,45%
Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16	182
Com efeito da inflação	194
	6,45%
Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16	74
Com efeito da inflação	79
	6,45%

14.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	30/06/2021	**30/06/2020**
Pagamentos do Arrendamento	702	787

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

c) Distribuição de lucro:

c.1) Em maio de 2021 a companhia destinou dividendos no valor de R$ 19.109, atingindo o total de destinação de dividendos referentes ao lucro de 2020 no valor de R$ 52.000 que conforme a Ata de 9 de abril de 2021 serão distribuídos no decorrer do exercício de 2021.

c.2) A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos

c.3) Lucro Líquido do período – A companhia obteve o lucro líquido de R$ 24.432, o qual será mantido na rubrica de lucros acumulados, até o encerramento do exercício de 2021.

16. Receita

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita Bruta				
Venda de energia	51.721	87.045	48.696	93.866
Impostos sobre vendas	(4.646)	(8.207)	(4.538)	(8.769)
Receita líquida	**47.075**	**78.838**	**44.158**	**85.097**

17. Segmento Operacional

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

18. Despesa classificada por função e natureza

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Despesa Classificada por função				
Custo da Operação	17.611	32.911	15.952	31.070
Gerais e Administrativas	1.786	3.243	1.828	2.992
Outras receitas operacionais líquidas	(1.290)	(2.431)	(1.139)	(1.956)
Total	**18.107**	**33.723**	**16.641**	**32.106**
Despesa Classificada por natureza				
Custo de Operação e Manutenção	9.516	16.825	7.776	14.867
Encargos Uso do Sistema e Produção	2.676	5.346	2.591	5.181
Arrendamentos	400	702	401	787
Depreciação	5.019	10.038	5.184	10.235
Despesa com Seguros	366	733	228	455
Despesa com Serviços Profissionais	967	1.365	642	1.098
Outras Despesas Administrativas	453	1.145	958	1.439
Outras receitas operacionais líquidas	(1.290)	(2.431)	(1.139)	(1.956)
Total	**18.107**	**33.723**	**16.641**	**32.106**

19. Receitas (despesas) financeiras líquidas e variação cambial

	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receitas aplicações financeiras	311	433	229	334
Outras Despesas (Receitas)	4	7	6	13
Receitas financeiras	**315**	**440**	**235**	**347**
Despesa com Juros	(4.144)	(8.101)	(2.253)	(6.885)
Despesa Financeira com Desmobilização	(52)	(105)	(56)	(111)
Despesas Financeira Arrendamento Operacional	(92)	(182)	(80)	(142)
Outros	(86)	(168)	97	(137)
Despesas financeiras	**(4.374)**	**(8.556)**	**(2.292)**	**(7.275)**
Variação Cambial Líquida	**1**	**1**	**-**	**-**

20. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 - Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Numerador				
Lucro disponivel aos acionistas	16.447	24.432	16.810	30.414
Denominador				
Numero de Ações	140.964	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - básico	**0,12**	**0,17**	**0,12**	**0,22**
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro disponivel aos acionistas	16.447	24.432	16.810	30.414
Denominador				
Numero de Ações	140.964	140.964	140.964	140.964
Lucro por ação - diluído	**0,12**	**0,17**	**0,12**	**0,22**

21. Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

21.1. Transações comerciais

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Wobben Windpower	-	1.746
Elecnor do Brasil Ltda	117	119
Enerfín Sociedade de Energia Ltda	1.235	2.813
Totais	**1.352**	**4.678**

	01/04/2021 a 30/06/2021	**01/01/2021 a 30/06/2021**	**01/04/2020 a 30/06/2020**	**01/01/2020 a 30/06/2020**
Resultado (a)				
Custo da Operação				
Aquisição de Serviços				
Wobben Windpower Ltda	6.337	11.084	4.672	8.777
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	2.662	4.711	2.596	5.109
Elecnor do Brasil Ltda	393	786	388	746
Totais	**9.392**	**16.581**	**7.656**	**14.632**

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

21.2. Dividendos

A Companhia destinou em 2020 o valor de R$ 32.891, corresponde a 50% do Lucro Líquido de 2020, e em maio de 2021 destinou o valor de R$ 19.109, conforme Ata de 9 de abril de 2021, totalizando a destinação de dividendos no valor de R$ 52.000. No trimestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia pagou dividendos de 2020 no valor de R$ 30.000. Abaixo segue demonstrado o saldo de dividendos a pagar em 2021:

	Dividendos a pagar para	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	2.200	3.289
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE - GT	2.200	3.289
Rio Sul 1 Energia Ltda	17.600	26.313
Totais	**22.000**	**32.891**

21.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

22. Outras receitas operacionais, líquidas

Trata-se dos créditos Pis e Cofins sobre a Depreciação e insumos de operação.

	01/04/2021 a 30/06/2021	**01/01/2021 a 30/06/2021**	**01/04/2020 a 30/06/2020**	**01/01/2020 a 30/06/2020**
Créditos de Pis e Cofins	1.290	2.431	1.139	1.956
Total	**1.290**	**2.431**	**1.139**	**1.956**

23. Compromissos assumidos

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 30/06/2021
Encargos de Transmissão	5.346
Arrendamentos	702
Wobben Windpower	2.112
Total	**8.160**

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os comentários de desempenho estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Análise de resultados
Ventos do Sul Energia S.A

No período findo em junho de 2021 o lucro líquido foi de R$ 24.432, representando uma redução de 19,7% (R$ 5.982) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 30.414. O principal motivo para a redução foi o decréscimo da receita bruta, decorrente da menor incidência de ventos no período.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

	2º Trimestre			1º Trimestre		
	2021	2020	AH%	2021	2020	AH%
RECEITA BRUTA DE VENDAS	**87.045**	**93.866**	**(7,3%)**	**35.324**	**45.170**	**(21,8%)**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(8.207)	(8.769)	(6,4%)	(3.561)	(4.231)	(15,8%)
Receita Operacional Líquida	**78.838**	**85.097**	**(7,4%)**	**31.763**	**40.939**	**(22,4%)**
Custo da Operação	(32.911)	(31.070)	5,9%	(15.300)	(15.118)	1,2%
LUCRO BRUTO	**45.927**	**54.027**	**(15,0%)**	**16.463**	**25.821**	**(36,2%)**
Despesas / Receitas Operacionais						
Gerais e administrativas	(3.243)	(2.992)	8,4%	(1.457)	(1.164)	25,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.431	1.956	24,3%	1.141	817	39,7%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**45.115**	**52.991**	**(14,9%)**	**16.147**	**25.474**	**(36,6%)**
Receitas financeiras	440	347	26,9%	125	112	11,6%
Despesas financeiras	(8.556)	(7.275)	17,6%	(4.182)	(4.983)	(16,1%)
Variação cambial, líquida	1	-	-	-	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**37.000**	**46.063**	**(19,7%)**	**12.090**	**20.603**	**(41,3%)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(12.568)**	**(15.649)**	**(19,7%)**	**(4.105)**	**(6.999)**	**(41,3%)**
Corrente	(12.717)	(15.787)	(19,4%)	(4.181)	(7.043)	(40,6%)
Diferido	149	138	7,9%	76	44	72,7%
Lucro Líquido do Período	**24.432**	**30.414**	**(19,7%)**	**7.985**	**13.604**	**(41,3%)**
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,17	0,22	(19,7%)	0,06	0,10	(41,3%)
Lucro por ações						
Lucro Líquido Básico por ação	**0,17**	**0,22**	**(19,7%)**	**0,06**	**0,10**	**(41,3%)**
Lucro Líquido Diluído por ação	**0,17**	**0,22**	**(19,7%)**	**0,06**	**0,10**	**(41,3%)**

	2º Trimestre		1º Trimestre	
Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA	2021	2020	2021	2020
Lucro Líquido	**24.432**	**30.414**	**7.985**	**13.604**
Depreciação e amortização	10.038	10.235	5.019	5.051
Resultado Financeiro	8.115	6.928	4.057	4.871
Contribuição Social	3.330	4.146	1.089	1.854
Imposto de renda	9.238	11.504	3.016	5.145
EBITDA	**55.153**	**63.227**	**21.166**	**30.525**
Margem EBITDA	**70,0%**	**74,3%**	**66,6%**	**74,6%**

Receita Bruta
A receita bruta registrada no período findo em junho de 2021 foi de R$ 87.045, representando uma redução de 7,3% (R$ 6.821) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 93.866.

Deduções da receita Bruta
O total de deduções da receita bruta registradas no período findo em junho de 2021 foi de R$ 8.207, representando uma redução de 6,4% (R$ 562) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 8.769.

Custo da Operação
O custo de operação registrado no período findo em junho de 2021 foi de R$ 32.911, apresentando um incremento de 5,9% (R$ 1.841) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 31.070.

Gerais e Administrativos
Os gastos gerais e administrativos registrados no período findo em junho de 2021 foram de R$ 3.243, apresentando um aumento de 8,4% (R$ 251) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 2.992.

Resultado financeiro
O resultado financeiro líquido registrado no período findo em junho de 2021 se apresentou negativo em R$ 8.115, representando um incremento de 17,1% (R$ 1.187) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 6.928. Este aumento é decorrente principalmente do aumento nas despesas financeiras relacionadas aos encargos de atualização monetária das debentures emitidas pela companhia, que totalizaram o montante de despesa de R$ 8.556 no período findo em junho de 2021, representando um incremento de 17,6% (R$1.281) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, no qual o montante registrado foi de R$ 7.275.

Contribuição Social e Imposto de Renda
As despesas com tributos sobre o resultado no período findo em junho de 2021 somaram R$ 12.568, representando uma redução de 19,7% (R$ 3.081) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 15.649. Esta redução reflete principalmente os efeitos da variação no Lucro Antes dos Tributos.

Lucro Líquido e EBITDA
Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado no período findo em junho de 2021 foi de R$ 24.432, representando uma redução 19,7% (R$ 5.982) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 30.414.
Na mesma base de comparação, o EBITDA (Lucro líquido excluindo os efeitos da depreciação, amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) foi de R$ 55.153, representando uma margem EBITDA de 70% em relação a receita líquida. Quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, o mesmo apresentou uma redução de 12,8%, período no qual o montante obtido foi de R$ 63.227.